



UEM - UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE TEORIA E PRÁTICA DA EDUCAÇÃO

CRISTIANE DO CARMO VIEIRA NEVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Maringá
2011

CRISTIANE DO CARMO VIEIRA NEVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito para aprovação na disciplina de trabalho de Conclusão de Curso TCC, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, orientado pela Profª Drª Nerli Nonato Ribeiro Mori.

Maringá
2011

CRISTIANE DO CARMO VIEIRA NEVES

EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO ESTADO DO PARANÁ

Monografia apresentada como requisito para aprovação na disciplina de trabalho de Conclusão de Curso TCC, do curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Maringá, orientado pela Profª Drª Nerli Nonato Ribeiro Mori.

Aprovado em: ___/___/___

Banca examinadora

Profª Drª Nerli Nonato Ribeiro Mori (UEM)

Profª Drª Elsa Midori Shimazaki (UEM)

Profª Ms Janira Siqueira Camargo (UEM)

Dedico este trabalho ao meu marido, Anselmo, com quem compartilho riquezas que o dinheiro nunca poderá comprar e aos meus familiares por acreditarem no meu potencial.

AGRADECIMENTOS

A Deus que no silêncio de cada amanhecer me proporciona paz, sabedoria e força sua bondade e misericórdia me possibilitaram a vida e a realização deste trabalho.

Aos meus pais Valdecir e Zilda que tanto amo que me possibilitaram a minha formação inicial.

Ao meu esposo Anselmo Neves que me auxiliou e apoiou nos meus estudos, sendo compreensivo em meus estudos e em minha carreira profissional.

Aos meus irmãos Rodrigo e Bruno.

À minha tia Maria de Fátima e avó Maria do Carmo que me ajudam na conquista de todos meus sonhos.

Às minhas amigas, Keila e Suzane por terem me acolhido e que ocuparam lugar de destaque na minha vida pessoal como eternas amigas.

À minha orientadora, professora Dr^a. Nerli Nonato Ribeiro Mori, pelo respeito e a competência com quem orientou o processo de elaboração deste trabalho.

À professora Dr^a. Elsa Midori Shimazaki pela disponibilidade para leitura minuciosa deste trabalho e o compartilhamento de seus saberes.

À professora Dr^a. Tânia dos Santos Alvarez da Silva que contribuiu com suas aulas na qualificação desta pesquisa.

RESUMO

A presente monografia tem como intuito investigar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Estado do Paraná, onde foram implantadas em relação ao atendimento do aluno que apresentam necessidades educacionais especiais. Para sua execução foi realizado um panorama histórico analisado em três níveis: internacional, nacional e estadual tendo como objetivo resgatar o histórico da Educação Especial refletidas na Antiguidade até atual contexto do ensino regular. De acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, do Ministério da Educação e cultura (MEC), de 2008, o público-alvo da Educação Especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). No primeiro grupo incluem-se os alunos com deficiência de natureza física intelectual, mental ou sensorial. Como TGD estão classificados os alunos que apresentam quadros de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, tais como nos casos de Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação. O grupo AH/SD é composto por pessoas com potencial elevado e grande envolvimento, de forma isolada ou combinada, com as áreas do conhecimento humano: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade. O desenvolvimento do presente trabalho foi realizado uma pesquisa bibliográfica, documento e dados oficiais acerca do tema.

Palavras-chave: Educação. Inclusão. Paraná.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	11
3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL.....	20
4. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ESTADO DO PARANÁ	28
4.1 A contribuição da Teoria histórico-cultural para uma inclusão educacional	32
4.2 O atendimento dos alunos com necessidades educacionais no Estado do Paraná.....	35
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1. INTRODUÇÃO

Nos debates atuais sobre educação inclusiva, diversas indagações têm ocorrido, diante dos desafios de encontrar soluções que orientam os sistemas de ensino na organização da educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse estudo, tivemos a oportunidade de analisar o avanço histórico da Educação Especial, caracterizados como extermínio, abandono, a institucionalização, a integração e nos dias atuais a inclusão.

Constata-se que em meados do século XX, ocorre a intensificação dos movimentos sociais na luta contra qualquer tipo de discriminação que impedem o exercício da pessoa com deficiência, esse desafio ocorre em nível mundial tendo o foco na defesa de uma sociedade inclusiva.

Nesse período, a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum que conduziram a questionamentos de modelos homogeneizadores de ensino e de aprendizagem, geradores de exclusão nas instituições.

Dessa forma, desde 1990 em níveis mundiais, os aspectos na busca de enfrentar o desafio e construir projetos capazes de superar os processos históricos de exclusão estiverem em pauta.

A Conferência Mundial de Educação Especial das Nações Unidas fez ampla defesa da inclusão social pautada na ideia de escolas democráticas como o melhor espaço para todos os alunos aprenderem.

Do ponto de vista de legislação, documentos como a Declaração de Salamanca descrevem dentre outros fatores importantes, o que deve acontecer com a estrutura e o funcionamento da escola quando se trata de educação inclusiva e propõe que a matrícula de todas as crianças deve ser realizada em escolas comuns. O princípio da educação inclusiva requer das escolas o reconhecimento e o encaminhamento de práticas que respondam às necessidades educacionais de seus alunos.

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se a formação de professores para exercer funções nas áreas que sejam previstos conhecimentos pedagógicos. Em minha experiência de aluna no curso de pedagogia os estudos proporcionaram um repertório de informações e habilidades composta por pluralidade de

conhecimentos teóricos e práticos que hoje vem contribuindo na minha profissão como professora nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Nesse sentido, surge um interesse pelo tema Educação Inclusiva por meio dos estudos realizados na disciplina Problemas de Aprendizagem, ministrada pela professora Nerli Nonato Ribeiro Mori, orientadora deste trabalho de conclusão de curso.

A escolha pelo tema ocorreu diante do novo paradigma educacional que permite a matrícula dos alunos com necessidades educacionais no ensino regular.

Nesse sentido, esta pesquisa de caráter qualitativa bibliográfica, foi necessário compreender por meio de documentos oficiais a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva e realizar um estudo com revisão de literatura tendo como finalidade familiarizar-se e aproximar-se das concepções teóricas abordados pelos autores.

Com intenção de explorar esse debate sobre a educação inclusiva, buscou-se neste trabalho investigar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva do Estado do Paraná.

Essa perspectiva consta no documento Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008, que define a educação especial e garante aos alunos a matrícula no ensino regular em todos os níveis de ensino. Esse documento cumpre uma função diretriz em âmbito nacional e estadual, no sentido de implementação de uma educação inclusiva, bem como a organização das escolas para o recolhimento e o encaminhamento de práticas que respondem as necessidades educacionais de seus alunos.

Nessa pesquisa são apresentadas quatro seções. Na primeira, apresentamos algumas transformações ocorridas ao longo da história em relação á educação das pessoas com deficiência. Fazemos um panorama histórico da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea até os dias atuais.

Na seção seguinte, o objetivo é analisar a Educação Especial no Brasil, assim como, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva do estado do Paraná publicada pelo MEC em 2008. Dessa forma, o público-alvo da Educação Especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD).

Na terceira seção buscou-se compreender os dispositivos legais que fundamentam a Educação Especial, particularmente as políticas públicas de

educação formuladas para atender alunos com necessidades educacionais no estado do Paraná. Ainda, foi abordada a contribuição da teoria histórica- cultural para uma inclusão educacional e o atendimento ofertado aos alunos com necessidades educacionais no estado do Paraná.

O estudo dessa perspectiva possibilita romper com as barreiras de exclusão e valorizar a diversidade entre as pessoas principalmente no âmbito da educação.

2. FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Esta seção teve como objetivo discutir algumas transformações ocorridas ao longo da história em relação à educação às pessoas com deficiência no âmbito internacional. Fazemos um panorâmico histórico da Antiguidade, Idade Média, Idade Moderna, Idade Contemporânea até os dias atuais. O estudo das transformações proporciona ao ser humano a compreensão das diferentes formas de tratamentos oferecidos às pessoas com deficiência entre as civilizações de ontem e de hoje.

Conforme Mori e Oliveira (2009), o que determinava a sobrevivência do homem na sociedade da Antiguidade (3500 a.C a 476 d.C), era agilidade e a força física, tendo em vista que se tratava de sociedades primitivas, que apresentavam baixo nível das forças produtivas. Os homens viviam em cavernas e dependiam dos recursos que a natureza lhe oferecia, na coleta de frutos, caça, pesca. Era fundamental que cada um fosse capaz de cuidar de si mesmo e, ao mesmo tempo contribuir para sobrevivência do grupo.

Em relação às pessoas cuja necessidade impedia dessas atividades, observa-se que representavam um peso a sociedade, na qual, poderia atrapalhar e colocar todos em perigo.

[...] É evidente que alguém não se enquadra no padrão social e historicamente considerado normal, quer seja decorrente do seu processo de concepção e nascimento ou impedindo na luta pela sobrevivência, acaba se tornando um empecilho, um peso morto, fato que o leve a ser relegado, abandonado, sem que isso cause os chamados sentimentos de culpa característicos da nossa fase histórica. Utilizando uma linguagem dos dias atuais, podemos afirmar que nas sociedades primitivas, 'quem não tem competência não se estabelece'. Isto é, não há uma teorização, uma busca de causas, lia simplesmente uma espécie de seleção natural: os mais fortes sobrevivem. (BIANCHETTI, 1998, p. 28).

O abandono relaciona-se à incapacidade produtiva. Como alguém com alguma deficiência: aleijados, cegos, surdos, paráliticos, enfim, poderia de maneira satisfatória contribuir, para a sobrevivência do grupo?

Segundo Bianchetti (1998), na sociedade espartana, por exemplo, se dedicavam à guerra, valorizando a ginástica, a dança e estética. A perfeição ao corpo e a beleza eram essenciais, ao contrário disso, as crianças que apresentassem qualquer anomalia era eliminada. O papel da mulher nesta

civilização deveria estar voltado aos cuidados para seu próprio corpo, na geração de filhos em perfeito estado de saúde física e mental (ela deveria ser forte para gerar guerreiros fortes).

Já na sociedade ateniense, as características desejáveis para o trabalho intelectual, a retórica e a boa argumentação. O trabalho físico devia ser realizado pelos escravos e o intelectual pelos homens livres. Sobretudo, a pessoa diferente, com limitações funcionais e necessidades diferenciadas, era praticamente exterminada, abandonadas, pois era marcada pelos seus próprios pecados ou de seus ancestrais o que não representava um problema de ética ou moral á sociedade, os relatos desse período da sociedade ateniense que chegaram até a atualidade, afirmam que essa concepção de com o deficiente (eliminação, menosprezo, destruição) prevaleceu até o início da Idade Média.

No decorrer do período Medieval (476 d.C A 1453 d.C), o tratamento com o deficiente, começa a se transformar, entrou em vigor um novo modelo de sociedade, tendo sido marcado pela ascensão, e declínio da Igreja Católica. A igreja católica condenou a prática do extermínio, porém acreditava que as deficiências eram conferidas por causas sobrenaturais (MORI; OLIVEIRA, 2009).

Para Bianchetti (1998), graças à estrutura social na Idade Média, caracterizada pelo sistema feudal e com o avanço do cristianismo, a explicação ao homem passa a ter um caráter religioso. Passou-se ter atuação da Igreja Católica, a dicotomia deixa de ser corpo/mente e passa a ser corpo/alma. O indivíduo que não se enquadra no padrão considerado normal ganha direito a vida, porém passa a ser estigmatizado, pois, para o moralismo cristão católico, a diferença passa a ser um sinônimo de pecado, visto que as passagens bíblicas reforçam esse aspecto na qual apresentam milagres de Jesus na cura de cegos, leprosos, mudos, paralíticos entre outros.

Essa estrutura social começa ter um novo olhar sobre as pessoas doentes, defeituosa ou mentalmente afetadas de acordo com as idéias cristãs, como seres possuidores de alma seriam merecedores de caridades o extermínio não mais caberia a esses indivíduos. A forma de conceber a educação de deficientes teve vários significados: abrigo instituições voluntárias e em sua maioria religiosas que tinham permissão do governo, mas sem nenhum tipo de ajuda (CARMO, 1991).

De posse dessas informações, observa-se que o atendimento as pessoas idosas e doentes que não conseguiam ter condições para prover seu próprio

sustento, era realizado em conventos, hospitais, asilos mantidos pela Igreja Católica, ou por ricos senhores, não havia educação para o desenvolvimento das pessoas deficientes, a assistência, em contra partida vista pela concepção filosófica era assistido com ênfase na assistência do que educativa.

Surge outro período, a Época Moderna (1453 d.C a 1789 d.C), que marca o rompimento do velho regime feudal, e abertura para os estudos científicos, no que diz respeito à pessoa com deficiência, porém antes proibidos pelo teocentrismo (Deus no centro do universo) dominante nos últimos dez séculos na Europa.

As deficiências passaram a ser explicadas por uma visão filosófica mais humanista, o progresso nas diversas áreas da ciência possibilitaram um olhar mais científico para o homem em geral. A visão do teocentrismo foi ocupada pela visão do antropocentrismo, ou seja, o homem passou a ser o centro das atenções e não apenas as leis sagradas do cristianismo. Esse período contribuiu para ações de tratamento, especificamente da medicina em se tratando do indivíduo que apresentava deficiência.

Nessa perspectiva garante-se que:

[...] o cérebro passa a ser apreendido como o protótipo do computador perfeito. Portanto, o corpo passou a ser definido e visto como uma máquina em funcionamento. Dessa visão vai emergir um resultado desastroso para a questão da diferença, se o corpo é uma máquina a excepcionalidade ou qualquer diferença nada mais é do que a disfunção de alguma peça dessa máquina. Ou seja, se na Idade Média a diferença estava associada a pecado, agora passa a ser realizada a disfuncionalidade. (BIANCHETTI, 2006, p. 36).

Segundo Bianchetti (1998), a partir do avanço de uma filosofia mais humanista, a medicina passou a se preocupar com as deficiências, com ênfase nos aspectos biológicos e orgânicos a elas relacionados. Sobretudo, a visão de deficiência sob produto de forças sobrenaturais foi substituída por atendimento e proposta de cunho médico organicista.

Com a evolução das ciências e o progresso na área da medicina o século XVI foi considerado marco inicial da Educação Especial ocorrida por meio da criação de instituições.

Mazzotta e Silva (1996), a primeira obra sobre a educação de deficientes intitulada como Redação das Letras e Arte de Ensinar Mudos a Falar teve autoria de Jean – Paul Bonet produzido na França em 1620. A primeira instituição de educação

de “surdos- mudos” lançada por Charles M. Eppée em 1770, em Paris. Com isso, Eppée criou o método dos sinais, destinado a completar o alfabeto manual e objetos que não podem ser percebidos pelos sentidos. Sua principal obra foi *A Verdadeira Maneira de Instruir os Surdos- Mudos*, editada em 1776.

Inspirado nessas obras, o inglês Thomas Braidwood (1715-1806) e o alemão Samuel Heineke (1729-1790) fundaram institutos para a educação de “surdos e mudos” em seus países. O inglês criou o método oral, a fim de ensinar os “surdos-mudos” a ler e falar por meio dos movimentos normais dos lábios, hoje interpretada “leitura labial ou leitura orofacial.” Esse veio em oposição ao método de sinais que tem levado a discussão e controvérsia em se tratando da eficiência de um ou de outro método. (MAZZOTTA; SILVA, 1996).

O autor enfatiza, no entanto, o atendimento aos deficientes visuais, destacado por Valentin Haüy, visto que fundou em Paris o *Institute Nationale des Jeunes Aveugles* (Instituto Nacional dos Jovens Cegos), no ano de 1784. É importante destacar que Haüy já utilizava letras em relevo para o ensino de cegos, tendo apoio da Academia de Ciências de Paris. Tal Instituto em 1819 recebeu o oficial do exército francês Charles Barbier, para tanto trouxe para a instituição uma sugestão aos professores e alunos, sendo um processo de escrita “[...] para a transmissão de mensagens no campo de batalha a noite, sem utilização de luz para não atrair os inimigos”. Tal processo, explica Mazzotta e Silva (1996), era codificado com pontos salientes que representavam os trinta e seis sons básicos da língua francesa, despertando interesse aos professores e começou a ser utilizada pelos alunos.

Diante desta perspectiva, um jovem cego francês Luís Braille (1809- 1852), estudante daquele Instituto. Realizou uma adaptação do código militar de comunicação noturna (*écriture nocturne*), tendo por objetivo atender as necessidades dos cegos, sendo nomeada de sonografia de início, e no decorrer de braille. (MAZZOTTA; SILVA, 1996). Embora seja um processo de ensino realizado em outra época, aplicado aos deficientes visuais, até o momento não se tem a existência de outro método que atenda com qualidade o ensino de leitura e escrita aos deficientes visuais.

Conforme Carmo (1991), nessa época tivemos grandes personalidades no campo da cultura, ciência, arte e música que eram deficientes como: Luís de Camões, que perdeu um de seus olhos em luta, Galileu Galilei ficou cego no final de sua vida. Johannes Kepleer aos quatro anos de idade passou a ser deficiente visual,

causado por sarampo. Ludwig Von Beethoven no final de sua vida fica surdo; Antonio Francisco Lisboa, “O Aleijadinho”, vítima de uma tromboangite obliterante. Observa-se que nenhuns dos deficientes são mentais, apenas físicos. O deficiente mental continuava segregado e não tinha destaque na sociedade, pois a esses era negado às oportunidades de aprendizagem.

No entanto, os séculos XVIII e XIX, Idade Contemporânea, foram decisivos para ultrapassar mudanças sociais, caracterizado como fase de institucionalização; foram criadas internatos, escolas especiais e com base nas classes especiais em escolas públicas. Parte da civilização percebe as possibilidades de aprendizagem das pessoas com deficiência de ultrapassar condições psicológicas, mentais e físicas que, segundo os organicistas, impediam uma vida construtiva. (MORI; OLIVEIRA, 2009).

Segundo Mazzotta e Silva (1996), os primeiros movimentos vinculados à educação dos deficientes ocorreram na Europa, despontaram mudanças de atitudes sociais que contribuiriam em ações de ensino, que repercutiram nos Estados Unidos e Canadá, abrindo espaços para outros países inclusive o Brasil. Observa-se que no final do século XIX diversas eram as terminologias utilizadas ao atendimento educacional aos portadores de deficiência, assim como: “Pedagogia de Anormais, Pedagogia Teratológica, Pedagogia Curativa ou Terapêutica, Pedagogia das Assistências Social, Pedagogia Emendativa”.

Nesse domínio, no começo do século XIX, os estudos de Jean Marc Itard (1774-1838), Eduard Seguin (1812-1880) e Maria Montessori (1870-1952) foram essenciais, vistos que, foram os primórdios do atendimento relacionados às pessoas com deficiência mental.

[...] há uma mudança, pelo menos teórica, a respeito da deficiência. Aparecem às primeiras intenções de tratamento específico e processo educativo. Criam-se tipos de instituições claramente diferentes: o médico e o educativo, além de incorporar-se a aplicação de práticas de efeitos classificatórios, especialmente as pessoas com deficiência mental. (SHIMAZAKI, 2006, p.49).

O médico Itard identificado como a primeira pessoa a usar métodos sistematizados para o ensino de deficientes ou retardos mentais humanizou Victor, um jovem com mente e hábitos de um “menino selvagem” encontrado numa floresta próximo de Aveyron, na França em 1800. Para ensinar o menino, estabelecia

relações entre os objetos de uso cotidiano e os respectivos desenhos. Depois substituía os desenhos pelas letras ou palavras. Em 1801 ele editou em Paris o livro com os registros de suas tentativas, considerado como o primeiro manual de educação de pessoas com deficiência: *De l'Éducation d'un Homme Sauvage*. (MAZZOTTA; SILVA, 1996).

De modo geral, esse trabalho realizado por Itard serviu de bases para os posteriores. Entre eles, ressaltam-se o trabalho realizado por Seguin no qual pode ser observado:

Seguin aluno de Itard e também médico, prosseguiu com o desenvolvimento dos processos de ensino para os gravemente retardados a partir do ponto de em que Itard ficou. Em vez de trabalhar com um só menino, como Vítor, estabeleceu o primeiro internato público da França para crianças retardadas mentais, e imaginou um currículo para elas. Sua técnica era neurofisiológica, baseada na crença de que o sistema nervoso deficiente dos retardos podia ser reeducado pelo treinamento motor e sensorial [...]. (MAZZOTTA; SILVA, 1996, p. 21).

Montessori, uma médica italiana, influenciada pelos autores começa desde século XX, a educação e o tratamento psicológico a crianças com deficiência, aprimorou os processos pelo uso de materiais didático como blocos, encaixes, recortes, objetos coloridos e letras em relevo. Defensora da importância do pedagógico no desenvolvimento, no ano de 1898, ela defendeu uma tese de que para os anormais seria mais importante construir boas escolas e formar professores, do que interná-los em casa de saúde ou aperfeiçoar tratamento clínico (MORI; OLIVEIRA, 2006).

O atendimento às pessoas com deficiência de modo geral, eram até então calcadas no modelo clínico de deficiência e predominava uma visão que impedia a eles uma vida produtiva. As experiências e estudos realizados por Itard, Seguin e Montessori contribuíram para aprimoramento de métodos que posteriormente instituíram novas bases para a Educação Especial.

Os países mais evoluídos realizavam um trabalho considerável em favor dos deficientes, eram iniciativas realizadas por pais e a sociedade, no sentido de educar aqueles que dependiam de tratamento e educação especial. (MORI; OLIVEIRA, 2009).

Na segunda metade do século XX, por meio de governos mais democráticos e estabilidade política, observa-se uma mudança radical por meio da fundação da

Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945, que colaborou para organização de movimento em prol de minorias marginalizada em todas as partes do mundo.

As mudanças começam a repercutir no ano de 1981, quando foi instituído o Ano Internacional das pessoas deficientes, cujo objetivo era conscientização do mundo quanto aos excluídos da sociedade, isto é, os portadores de deficiência. Assim, a partir dos anos 90 no século passado, consolidado com as transformações, o cenário político, econômico mundial criou condições de atendimento educacional e social às pessoas com necessidades educacionais. O compromisso na busca de superar os processos históricos de exclusão, a Conferência Mundial de Educação para Todos, em Jomtien (1990) na Tailândia, chama atenção dos países para o alto índice de crianças adolescentes e jovens sem escolarização e conclama para a promoção de mudanças no sistema de ensino para assegurar o acesso e a permanência de todos na escola. (BRASIL, 2008b).

Com a intenção de reverter este quadro, os países que ali estiveram presentes resolveram elaborar um plano Decenal de Educação para Todos, o qual tinha como meta integrar os excluídos para os ambientes escolares. Essa foi influenciando a Organização das Nações Unidas (ONU) visto que alguns representantes dessa redigiram as Normas das Nações Unidas sobre Desigualdade de Oportunidade para Pessoas com Deficiência no ano de 1993.(BRASIL, 2008b).

Em relação à educação especial, exige-se um compromisso do estado frente um ensino de qualidade às pessoas com deficiência na rede regular de ensino, visto que, a faixa etária dos alunos com deficiência influenciava na série que os alunos deveriam estar aptos a cursar.

Diante dessa perspectiva, os países novamente se reuniram e o na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca, na Espanha, em 1994. Desse encontro resultou a Declaração de Salamanca, mundialmente considerado como um dos documentos mais importantes no sentido da inclusão social, a ideia de escolas democráticas como o melhor espaço para todos os alunos aprenderem. Esse, o documento, tem sido utilizado como referência na elaboração e implementação de políticas públicas e práticas educacionais em diversos países. (BRASIL, 1994).

É necessário, porém medidas e investimento na construção e avanço do processo de inclusão cabem às instituições escolares adaptarem suas infraestruturas para receber esse público em geral, tomaremos como exemplo

rampas, elevadores, bebedouros, banheiros adaptados entre outros. Aos professores, devem se capacitar, realizar as adaptações curriculares, preparar matérias conforme cada necessidade.

No ano de 1970, a integração se constitui como modalidade de atendimento da Educação Especial, com encaminhamento de acordo as diferentes capacidades dos alunos. Visto que eram encaminhados para classes especiais alunos com deficiência bem leves, (dificuldade de aprendizagem, distúrbio de comportamento, deficiência mental leve) onde recebiam apoio pedagógico especializado. Os alunos que apresentassem deficiência graves (deficiência moderada e severa, deficiência múltipla) eram encaminhados para as escolas especiais. A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) por meio da Declaração de Salamanca (1994, p.2) constatou a necessidade de “[...] programas, tanto em serviços como durante a formação, inclua a provisão de educação especial dentro das escolas inclusivas”. É importante destacar que os conteúdos inseridos nesse documento foram colocados em prática pelos educadores a nível mundial, assim como a nível nacional.

Esse posicionamento levou a uma mudança a partir da terceira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 9394/96, que firmou o entendimento no art. 4, inciso III, da necessidade do “[...] atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino”. “Essa mesma lei entende-se pelo termo necessidades educacionais especiais se refere a todos aquelas crianças ou jovens cujas necessidades de origem em função de deficiência ou de dificuldade de aprendizagem”. (BRASIL, 1996).

A nomenclatura “necessidades educacionais” se refere a toda pessoa cuja necessidade decorre de sua incapacidade ou de sua dificuldade de aprendizagem, que pode ser temporária ou permanente, ou seja, com necessidades educacionais em algum momento de sua escolaridade.

Por meio dos documentos conforme analisado no texto, pode-se verificar que as pessoas com deficiência puderam no decorrer da história ter seu direito assegurado. Vale destacar, com base em Bueno (1993) que esses documentos trouxeram avanços significativos mudando o panorama de um atendimento antes realizado em instituições asilares até o século XVIII e depois substituídas por

instituições abertas, mas com práticas educacionais que contribuíram para reiterar exclusão social da pessoa com deficiência.

Na próxima seção, buscamos entender como esse processo se efetivou no Brasil, ou seja, qual a configuração assumida pela educação de pessoas especiais no contexto brasileiro.

3. A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Mazzotta e Silva (1996) expõem que a educação especial no Brasil teve início com base em experiências realizadas na Europa e nos Estados Unidos, no século XIX, com a organização de serviços para o atendimento a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos. Tal organização ilustra o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional dos portadores de deficiência.

A inclusão da 'educação de deficientes' da 'educação dos excepcionais' ou da 'educação especial' na política educacional brasileira vem ocorrer somente no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta do século XX. (MAZZOTTA; SILVA, 1996, p. 27).

Os autores registram dois marcos significativos referentes à evolução da educação especial no Brasil: de 1854 a 1956 ocorreram iniciativas oficiais e particulares isoladas, e de 1957 a 1993 as iniciativas oficiais se estenderam ao âmbito nacional. Assim, no Brasil essas instituições surgem no início do Império, com as seguintes instituições:

[...] o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, em 1854, atual Instituto Benjamin Constant – IBC, e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, atual Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES, ambos no Rio de Janeiro. No início do século XX é fundado o Instituto Pestalozzi – 1926, instituição especializada no atendimento as pessoas com deficiência mental; 1954 é fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE e; em 1945, é criado o primeiro atendimento especializado às pessoas superlotação na Sociedade Pestalozzi, por Helena Antipoff. (BRASIL, 2008b, p. 6).

Essas instituições possibilitaram a discussão para a conscientização e atendimento educacional aos indivíduos deficientes. Visto que, a criação de (INES), é referencia nacional na área da surdez e nos dias atuais existem mais de 1600 associações (APAE) pertencentes á federação nacional.

Dessa forma, em termos Nacionais o reflexo desse trabalho não deixou de ser “precário, em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, no país eram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos” (MAZZOTTA; SILVA, 1996, p. 29), nestas instituições.

Segundo Jannuzzi, (2006), o primeiro período de atendimento ao aluno com deficiência foi marcado por duas vertentes: médico- pedagógica e a psicopedagógica. A primeira, tendo como princípio a preocupação higienizadora da comunidade do Brasil, teve como consequência a criação de escolas em hospitais, e caracterizou-se como uma tendência mais segregadoras de atendimento aos deficientes. A segunda caracterizava-se pela procura de conceituação para a anormalidade e defendia a educação dos indivíduos considerados anormais, o trabalho estava em torno do diagnóstico dos anormais, por meio das escalas métricas de inteligência de modo que conduzisse para escolas ou classes especiais, seguido de um atendimento por professores especializados. Os responsáveis por essa vertente usavam recursos pedagógicos alternativos e por outros adaptavam Escalas de Inteligência que eram utilizadas como identificação dos diferentes níveis intelectuais das crianças ou jovens. Vale destacar que essa última se caracterizou como psicométrica, diagnóstica e segregadora, dando origem às classes especiais.

A educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, evidenciando diferentes compreensões, terminologias e modalidades que levaram a criação de instituições especializadas, escolas especiais e classes especiais. Essa organização, fundamentada no conceito de normalidade/anormalidade, determina formas de atendimento clínico terapêuticos fortemente ancorados nos testes psicométricos que definem, por meio de diagnósticos, as práticas escolares para os alunos com deficiência. (BRASIL, 2008a, p.6).

Porém, essa concepção não trouxe avanços significativos, pois a escola especial se caracterizava como espaço de acolhimento daqueles alunos considerados incapacitados para alcançar os objetivos educacionais estabelecidos.

Na década de 1950 mais explicitamente nos anos de 1957 que o atendimento educacional aos deficientes foi assumido pelo governo federal em âmbito nacional, a partir da criação de campanhas relacionadas para este fim.

A primeira campanha foi criada em 1957; denominada “Campanha para Educação de Surdos e Mudos” tinha por finalidade prestar assistência aos que apresentavam deficiência auditiva em todo o Brasil. Depois no segundo momento, surge no ano de 1958 a “Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficiente da Visão”. Em seguida no ano de 1960, foi inaugurada a “A Campanha Nacional de Educação e Reabilitação do Deficiente Mental” (CADEME), no sentido

de fornecer, em todo território Nacional, “integração dos deficientes mentais aos meios educacionais”. (MAZZOTTA; SILVA, 1996).

Jannuzzi (2006) considera que o marco inicial da Educação Especial ocorreu no século XVI. Assim, no Brasil é dessa época as primeiras informações que se tem acesso a Educação Especial, ou seja, a primeira instituição para cuidar desses desvalidos surgiu no estado de São Paulo, nomeada como Santa Casa de Misericórdia, no ano de 1717.

O referido hospital algum tempo depois começou a receber crianças abandonadas até os sete anos de idade. “[...] pode-se supor que muitas dessas crianças traziam defeitos físicos ou mentais, porquanto as crônicas da época revelavam que eram abandonadas em lugares assediados por bichos que muitas vezes as mutilavam ou matavam [...]”. (JANNUZZI, 2006, p. 9).

Quanto os serviços prestados nesse hospital, as crianças recebiam diversas alimentação ao dia, a higienização, o comportamento, educação que a eles competia, como o ensino das primeiras letras (proposta metodológica o Lancaster – Bell) visto que tinha por objetivo o ensino de literatura, escrita, contas etc. Vale destacar que princípios da moral e da religião católica e apostólica romana também eram ensinados. (JANNUZZI, 2006).

A partir da criação “Roda de Expostos” em 1726 pelo Governo de Salvador. Essa instituição possibilitou o acesso das crianças com deficiência e as que eram abandonadas pelos seus pais. As crianças ficavam nesse estabelecimento até completarem sete anos.

No decorrer da década de 1960, o referido autor considera que ocorreu a maior expansão de números de escolas especiais já vistas no país. O atendimento educacional às pessoas com deficiência no período de 1961, é fundamentado na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº. 4.024/61, os “excepcionais” ganham o direito preferencialmente no sistema geral de ensino. Porém, entra em vigor outra Lei nº. 5.692/71 que altera a passada ao definir tratamento especial’ para os alunos com “deficiências físicas, mentais, os que se encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados”, mas não consegue promover a organização de um sistema de ensino capaz de atender as necessidades educacionais especiais e acaba reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes e escolas especiais.

Na década de 1970, no Brasil, ocorre a institucionalização da Educação Especial em termos de políticas públicas com a criação do Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), em 1973, cuja tenha por finalidade, “promover em todo território Nacional, a expansão e melhoria dos excepcionais”. (MAZZOTTA; SILVA, 1996, p. 55).

As funções na qual se configura a Educação Especial sofreram mudanças no decorrer dos governos, transformado em 1986, o CENESP (responsável pela parte financeira e patrimonial) na Secretaria de Educação Especial (SESP). Em 1990, o Ministério da educação foi reestruturado, finalizando assim com SESP. Neste contexto, “as funções que eram da competência da educação especial ficaram a cargo da Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB)”. Com a extinção do governo Collor, em 1992, ocorreu uma reestruturação dos Ministérios, e voltando a ser inaugurada a Secretaria de Educação Especial (SEESP) como órgão específico do Ministério da Educação e do Desporto. (MIRANDA, 2008, p. 35).

As reformas acarretaram mudanças administrativas, por sua vez organizadas pela via da legislação recentes. Mazzotta e Silva (1996, p. 62) afirmam que “tais alterações refletem, sem dúvidas, opções políticas diferentes que, por sua vez, criam desdobramentos nos campos financeiros, administrativo e pedagógico”.

No ano de 1994, a Declaração de Salamanca (Espanha) a partir do documento da Unesco, destaca-se que esse tem por finalidade assegurar aos governantes do mundo inteiro a implementação e a criação de políticas públicas de inclusão educacional. Assim, caracterizado como marco da Educação Inclusiva, na qual é referendada por 87 países inclusive o Brasil. Como podemos observar foi publicada a Política Nacional de Educação Especial, tendo como princípios e diretrizes a integração de forma que todos os alunos público alvo da educação especial tenham o acesso as classes comuns de ensino, ou seja, reafirma a educação como direito universal e propõe que todos os alunos devem aprender juntos, independentemente das suas dificuldades e diferenças.

Assim, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) em 1998, subsidiaram esses documentos, cuja finalidade está em orientar os professores das diversas áreas no planejamento de suas aulas.

Esse material em relação ao atendimento de educação especial no Brasil deveria propor mudanças de concepções favorecendo os avanços no ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência, isto é, os professores deveriam adaptar

o mesmo para cada uma das diferenças apresentadas. Ao conservar tal modelo, cabe ao professor colocar sua fundamentação teórica em prática, colocando em jogo os métodos diversificados que poderá empregar ao trabalho pedagógico com seu aluno oportunizando assim o processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Este trabalho no Brasil está interligado com a Secretaria de Educação Especial (SEESP) do Ministério da Educação e do Desporto (MEC) cujo elaborou documentos subsidiários á política de inclusão, o qual valorizava a diversidade, a flexibilidade curricular e as adaptações curriculares. Nessa perspectiva, é importante refletir sobre o preceito abaixo:

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais, 'promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação' (art.3º inciso IV). Define, no artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No seu artigo 206, inciso I, estabelece a 'igualdade de condições de acesso e permanência na escola', como um dos princípios para o ensino e, garante como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208). (BRASIL, 2008a, p. 7).

Dessa forma, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008 define a educação especial como modalidade não substitutiva à escolarização, conceitua a educação especial e define como público alvo os alunos com deficiência que apresentam transtornos globais do desenvolvimento como sendo aqueles com alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndrome de espectro do autismo e psicose. Já os alunos com altas habilidades e superdotação também apresentam uma necessidade educacional especial apesar de não apresentarem deficiência. Assim, a atual política é ratificada pela Conferência Nacional de 2008, essa está assim caracterizada:

Na perspectiva da educação inclusiva, cabe destacar que a educação especial tem como objetivo assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior;

oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas. (BRASIL, 2008a, p. 8)

Para argumentar sobre a obrigatoriedade da inclusão escolar dos indivíduos com necessidades educativas especiais na rede pública de ensino básico, é necessário novamente atentar-se para o que explicita a LDB 9394/96, destinada ao âmbito educacional, acerca de uma proposta inclusiva, laica, gratuita, universal e de qualidade formativa.

Como previsto na Lei de Diretrizes e Bases 9394/96, promulgada em 1996, todas as crianças tem direito ao acesso a uma educação pública de qualidade sem distinção, a ser oferecida, financiada e regulamentada pelo Estado integralmente. Esta mesma Lei prevê ainda, o acesso dos educando, que são portadores de necessidades educativas especiais preferencialmente, inseridos nas escolas públicas, tendo concernente a educação de construção igualitária e inclusiva.

Eis que assim, referente aos indivíduos portadores de necessidades educativas especiais e a inclusão destes no âmbito escolar da rede de ensino público, a lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 assegura e explicita no Capítulo V, especificamente nos artigos 59 e 60, que destaca:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

II - terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências, e aceleração para concluir em menor tempo o programa escolar para os superdotados;

III - professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns;

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular.

Art. 60. Os órgãos normativos dos sistemas de ensino estabelecerão critérios de caracterização das instituições privadas sem fins lucrativos, especializadas e com atuação exclusiva em educação especial, para fins de apoio técnico e financeiro pelo Poder Público.

Parágrafo único. O Poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educandos com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independentemente do apoio às instituições previstas neste artigo. (BRASIL, 1996, p.24).

Neste sentido, no intuito de entender as exigências formativas da sociedade contemporânea e do sistema educacional brasileiro, a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) conforme citada acima propõe um trabalho relacionado com o disposto na Constituição (1988), Convenção de Guatemala - documento interamericano que orienta para a eliminação de todas as formas de discriminação de pessoas com deficiência, vale destacar que no Brasil foi promulgada no ano de 2001. “Esse Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação adotada para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização.” (BRASIL, 2008b, p. 9).

Diante da perspectiva de educação inclusiva, o Conselho Nacional de Educação (CNE) é responsável em elaborar a resolução nº.02/2001 tendo como o objetivo as Diretrizes da Educação Especial, na qual define o termo educação especial no artigo 3º:

Por *educação especial*, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns, de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2001, p. 1).

A educação especial é citada, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº9.394/1996) no princípio da normatização de que todos os alunos pudessem ter acesso no ensino regular durante toda a educação básica. Vale ressaltar que a Lei de Libras é regulamentada em dezembro de 2005, na qual reconhece a língua brasileira de sinais como meio legal de comunicação e expressão dos surdos brasileiros.

Ainda vale destacar que a LDB e Conselho Nacional de Educação ao mesmo tempo em que orientam a matrícula dos alunos público alvo da educação especial das escolas comuns da rede regular de ensino, mantém a possibilidade do atendimento educacional especializado substitutivo á escolarização.

Ainda é importante destacar sobre os recursos oferecidos pelo FUNDEB, referente ao público alvo da educação especial, contempla a dupla matrícula, uma no ensino comum e outra no atendimento educacional especializado, integrando a escolarização ao conjunto de atividades, recursos e serviços disponibilizados pela educação especial.

A educação inclusiva vem buscando efetivar mudanças conceituais, político e pedagógicas, coerentes como propósito de tornar efetivo o direito de todos á educação, preconizado pela Constituição Federal de 1988.

A resistência à inclusão usualmente está relacionada à falta de condições pedagógicas e infraestrutura da escola. Uma vez que no atual contexto é essencial possibilitar ao indivíduo em processo de humanização, o convívio e o estabelecimento de relações, rompendo desta forma, com qualquer tipo de preconceito, generalização social, em um âmbito social plural, que se constitui permeado por seres humanos em suas especificidades. Assim, para que se efetive uma educação inclusiva com qualidade demanda estudos, pesquisas e políticas públicas coerentes que promovam o avanço nas discussões e ações voltadas para mudanças atitudinais em relação às pessoas com deficiência.

Na próxima seção apresentamos alguns dados acerca da Educação Especial no Paraná.

4. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA DO ESTADO DO PARANÁ

A educação inclusiva é uma luta marcada por uma longa jornada histórica, que vem sendo consolidada no Sistema de Ensino e documentos legais, como na promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional- Lei nº 9.394, em 20 de dezembro de 1996 (LDB 96). É importante lembrar que a proposta inclusiva é herdada da promulgação da Constituição Federal de 1988 (CF 88), por meio da mobilização dos movimentos sociais contra todas as formas de discriminação que impedem o exercício das pessoas com deficiência, destes surge em nível mundial à defesa de uma sociedade inclusiva.

Esta seção tem como objetivo compreender os dispositivos legais que fundamentam a Educação Especial, particularmente as políticas públicas de educação formuladas para atender alunos com necessidades educacionais no Estado do Paraná de modo que está é objeto de estudo deste trabalho. Vale ressaltar o que é políticas públicas na visão da autora Prieto:

As políticas públicas com destaque para as de cunho social, por serem resultantes de múltiplos fatores que se articulam a ponto de formarem uma teia complexa e multifacetada, são de difícil apreensão, requerendo que sejam consideradas suas diferentes ordenações. Podemos destacar, entre outras: seu processo de formulação, ou seja, o desvelamento das forças em disputa quando de sua elaboração e as diferentes concepções de homem, de sociedade, de Estado e de educação, entre outras nelas explicitadas; sua implementação, que não depende apenas de estar garantida no plano legal, mas do resultado de novos confrontos decorrentes do processo de definição de recursos financeiros próprios e em quantidade suficiente para que não sejam arremedos de políticas. [...] (PRIETO, 2005, p. 42).

A autora ressalta ainda a necessidade de investimento em estudos que avaliem as políticas de educação públicas e contribua para o seu aprimoramento. Essa concepção constitui-se em grandes desafios para os sistemas de ensino, que nos dias atuais poucos estudos estão sendo concluídos, ou seja, “[...] talvez demande mais esforços no sentido de formular instrumentos capazes de averiguar e quantificar as conseqüências das políticas implantadas”. (PRIETO, 2005, p. 42).

Sobre os objetivos da política educacional compreende-se que deve estar inserido em documentos oficiais, com ênfase para o Plano de Governo, a fim de

apontar seus compromissos sociais, assim como: educação, saúde, habilitação entre outras.

No ano de 2003 no Paraná, a Secretária de Estado da Educação - SEED por intermédio do Departamento de Educação Especial - DEEIN efetiva funções pedagógica e social na implementação de políticas públicas em relação à educação Especial, implicando mudanças significativas na qual caberia a escola comum a oferta de atendimento aos alunos da educação especial.

Vejamos o exposto acerca da transmissão destes princípios que constituem a composição dos Art. 1º e 2º, de acordo com a Deliberação nº 02/03;

Art. 1º A presente deliberação fixa normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica, para o Sistema de Ensino do Estado do Paraná, para alunos com necessidades educacionais especiais, aqui denominada Educação Especial.

Parágrafo único - Esta modalidade assegura educação de qualidade a todos os alunos com necessidades educacionais especiais, em todas as etapas da educação básica, e apoio, complementação e/ou substituição dos serviços educacionais regulares, bem como a educação profissional para ingresso e progressão no trabalho, formação indispensável para o exercício da cidadania.

Art.2º A Educação Especial, dever constitucional do Estado e da família, será oferecida, preferencialmente, na rede regular de ensino.

Parágrafo único - A oferta obrigatória da educação especial tem início na educação infantil, faixa etária de zero a seis anos. (Paraná, 2003, p.1).

As normas apresentadas mostram que atualmente o sistema educacional do Paraná desenvolve uma transformação das Escolas Especiais em Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, para alunos com necessidades educacionais especiais. Essa está fundamentada a partir da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

Assim, conforme pode ser verificado na Deliberação nº 02, de junho de 2003 do Conselho Estadual de Educação do Estado do Paraná no art. 9º capítulo III, o estabelecimento de ensino regular de qualquer nível e modalidade garantirá em sua proposta pedagógica o acesso e o atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais. Ainda das necessidades educacionais especiais é destacado:

Art. 5º As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem. (Paraná, 2003, p. 2).

Observa-se, portanto, que o acesso a escola especial valeria apenas para os casos a qual a escola comum mesmo com os apoios especializados não conseguisse superar suas dificuldades de aprendizagem. Nesse sentido a seção IV, da Deliberação 02/2003 descreve:

Art. 19 A criação de Escola Especial é ato pelo qual a representante legal da mantenedora expressa a disposição de ofertar Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, exclusivamente para alunos com necessidades educacionais especiais, com graves comprometimentos, múltipla deficiência ou condições de comunicação e sinalização diferenciadas. (Paraná, 2003, p. 4).

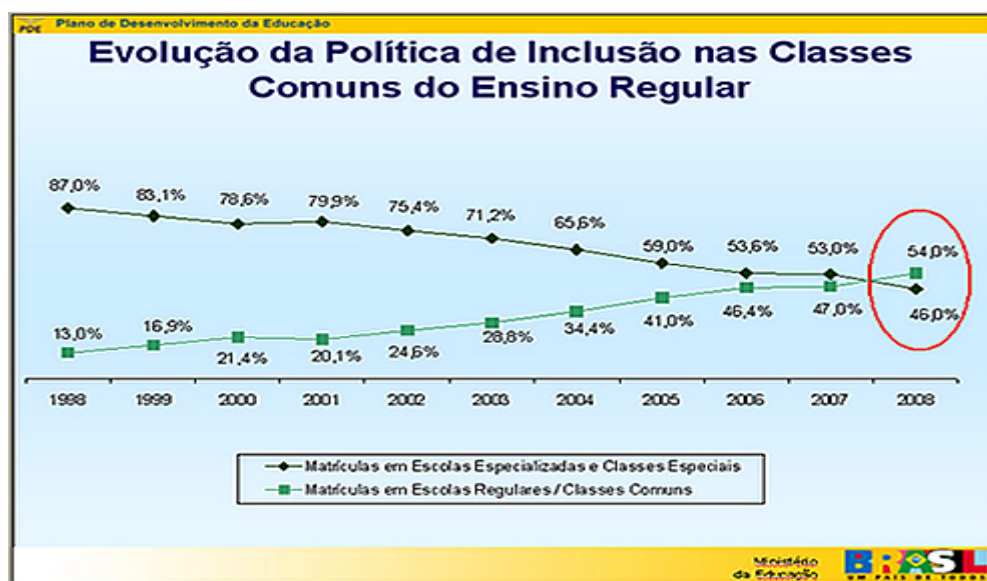
Conforme os princípios de assegurar os educandos com necessidades educacionais nas turmas comuns do ensino regular, colocam-se em pauta nos cursos de graduação, os questionamentos dos futuros pedagogos: Como ensinar crianças tão diferentes em uma sala de aula comum? É possível incluir o aluno com necessidades educacionais de forma que ele não sofra nenhum tipo de discriminação? A acessibilidade está promovendo aprendizagem? Os professores estão devidamente instrumentalizados para implementar as propostas de trabalho implementadas pela autoridades?

Nas palavras de Góes, (2002, p.110), logo é preciso um projeto de que a “[...] escola para todos não seja a mesma escola para todos, no sentido do oferecimento de propostas educativas iguais, indiferenciadas”. A escola inclusiva deve adaptar as necessidades dos alunos, adequando seus espaços físicos, ofertando uma condição de trabalho a todos com qualidade, que promova uma aprendizagem e participação de todos. (CARVALHO, 2010).

Tais situações apresentadas devem ser refletidas com intuito de remover barreiras que impedem uma inclusão educacional. Para Carvalho (2010), espera-se que a educação inclusiva venha romper barreiras, sejam elas “extrínsecas” ou “intrínsecas”, promovendo diversas formas de apoios de modo a assegurar (o que a

lei faz) e garantir um projeto político-pedagógico que efetive a acessibilidade bem como ingresso e permanência bem sucedida na escola.

Para registrar os dados oficiais da matrícula de alunos com necessidades educacionais no Estado do Paraná foram pesquisadas os dados fornecidos pelo Censo Escolar/MEC e os documentos oficiais da Secretaria de Educação.



Evolução da política de inclusão nas classes comuns do ensino regular

Fonte: Portal do MEC¹

Os resultados do Censo Escolar da Educação Básica de 2008 apontam um crescimento significativo nas matrículas da educação especial nas classes comuns do ensino regular. O índice de matriculados passou de 46,8% do total de alunos com deficiência, em 2007, para 54% no ano de 2008. Estão em classes comuns 375.772 estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação.

Observa-se, portanto, na Deliberação n° 02/03, em seu art. 4°, que a Secretaria de Estado de Educação se responsabilizará de manter:

I o sistema atualizado de informação e interlocução com órgãos do censo demográfico e escolar, para conhecimento das demandas e acompanhamento da oferta de atendimento em Educação Especial;

¹ Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345:politica-de-educacao-inclusiva&catid=302:politica-de-educacao-inclusiva&Itemid=709>. Acesso em: 09 out. 2011.

II. setor próprio para orientar, acompanhar, oferecer apoio técnico, pedagógico e administrativo, supervisionar e fiscalizar as instituições de ensino;

III. serviços de atendimento especializado para alunos com necessidades educacionais especiais, preferencialmente, na rede pública;

IV. interfaces com as secretarias de saúde, trabalho, cidadania e promoção social e outras, para assegurar serviços especializados de natureza clínico-terapêutica, profissionalizante, assistencial aos alunos com necessidades educacionais especiais no sistema de ensino público e conveniado;

V. parcerias ou convênios com organizações públicas e privadas, que garantam uma rede de apoio interinstitucional, para assegurar atendimentos complementares, quando necessário;

VI. parcerias com instituições de ensino superior, para implantação de temas e conteúdos relacionados ao atendimento das pessoas com necessidades educacionais especiais na formação de 2 alunos de graduação e pós-graduação, realização de pesquisas e atividades de extensão, bem como programas e serviços relativos ao processo de ensino e aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais, visando o aperfeiçoamento desse processo educativo (Paraná, 2003, p. 1).

Contudo, o número de matrícula é fruto da política implementada pelo Ministério da Educação que inclui programas de implantação de salas de recursos multifuncionais. Acreditamos ser necessário promover esses recursos para que todos os alunos com necessidades educacionais especiais possam ser atendidos em suas especificidades.

Com este entendimento, o DEEIN tem dado suporte pedagógico nas escolas tanto em ensino regular quanto as especiais, interiorizando as discussões da função da escola no que se refere o trabalho pedagógico, com conteúdos para todos os alunos, tornando clara a concepção sob a forma como os alunos apreendem, pautado na abordagem histórico-cultural.

4.1 A contribuição da Teoria histórico-cultural para uma inclusão educacional

A teoria histórico-cultural obtém como base os pressupostos do materialismo histórico, sistematizada por Vygotsky (1896-1934), é importante destacar que essa abordagem concebe o desenvolvimento psíquico da pessoa com ou sem deficiência com resultado de processo dialético, A. R. Luria (1902- 1977) e A. N. Leontiev (1903-1979), as pesquisas desses estudiosos ocorreram no período pós Primeira Guerra Mundial, Revolução Russa e a Guerra Civil, caracterizadas com muitos

abandonos, órfãos, pessoas deficientes, distúrbios emocionais, prostituição. Vygotsky dedicou-se a estudos denominados em sua época como “pedologia” (estudo interdisciplinar da criança) e “defectologia” (estudo de pessoas com deficiência ou transtornos de desenvolvimento). Os estudos do autor era compreender os processos de desenvolvimento das funções complexas do pensamento, assumindo uma relação entre condições socioculturais e o processo de desenvolvimento das capacidades psíquicas superiores. No estudo intitulado como “Defectologia” o autor explica as funções complexas do pensamento, caracterizando-as como processos sócio-culturais.

Vygotsky (1989, 1997), em uma de suas obras, a Defectologia, afirma que as leis gerais do desenvolvimento são iguais para todas as crianças, porém para se desenvolver e educar as crianças com deficiência são necessários certas condições peculiares, os caminhos não se restringem à escolarização ou às metodologias de ensino, ainda que essas sejam fundamentais para sua formação humana. Assim, as alternativas dependem de diversas condições, tendo como exemplo caminhos alternativos e recursos especiais, interação social e participação na cultura, tendo como propósito de promover o direito a igualdade, e o respeito à diferença.

Um ensino dinâmico voltado para todos os educando deve fazer com que as pessoas com deficiência sejam capazes de transformar os conceitos espontâneos em conceitos científicos. Para tanto, conforme Vygotsky (1989, p. 93), é necessário atingir um determinado nível para que o sujeito possa aprender o conceito científico e tomar consciência dele.

Embora os conceitos científicos e espontâneos se desenvolvam em direções opostas, os dois processos estão intimamente relacionados. É preciso que o desenvolvimento de um conceito espontâneo tenha alcançado certo nível para que a criança possa absorver um conceito científico correlato. Por exemplo, os conceitos históricos só podem começar a se desenvolver quando o conceito de cotidiano que a criança tem de passado estiver diferenciado, quando a sua própria vida e a vida dos que a cercam puder adaptar-se à generalização elementar no passado e agora, os conceitos geográficos e sociológicos devem se desenvolver a partir de esquema simples aqui e em outro lugar.

Por essa razão, diante da condição de deficiência as escolas especiais foram articuladas as críticas de Vygotsky caracterizadas apenas de convívio entre iguais,

isto é, os procedimentos realizados nessas instituições reforçavam a ideia de deficiência como caracterização do sujeito.

Pode-se observar que a educação especial se organizou tradicionalmente como atendimento educacional especializado substitutivo ao ensino comum, que culminou na criação de escolas, classes e instituições especializadas. Seguida de atendimento clínico terapêutico interligado nos testes psicométrico que definem por meio de diagnósticos as mediações escolares para os alunos com deficiência.

Para Vygotsky, as pessoas com deficiência, ou alunos com necessidades educacionais especiais, dependem de convívio e momentos de trocas qualitativas com outros sujeitos para que possam se desenvolver. Góes (2002, p.100) argumenta que “[...] o déficit orgânico não pode ser ignorado, mas a vida social que abre possibilidades ilimitadas de desenvolvimento cultural”

Conforme as informações tecidas, Vygotsky (1997) considera importante o acesso e permanência dos alunos com necessidades especiais nas instituições de ensino regular, as relações interpessoais contribuem para formação e a ampliação dos processos mentais do sujeito. A inclusão educacional é um processo gradativo, dinâmico e em transformação. Nessa perspectiva, cabe o poder público o respeito e reconhecimento as diferenças individuais na oferta e manutenção de uma Rede de Apoio, que atenda às necessidades específica de cada aluno, tais como Sala de Recursos.

Um dos pressupostos da abordagem histórico cultural está relacionado com o desenvolvimento das potencialidades, enfatizando a capacidade e não o déficit, tanto em relação aos processos individuais quanto coletivos, essa abordagem também fundamenta o processo de inclusão, ao realizar um trabalho com a heterogeneidade.

A educação inclusiva na sociedade contemporânea apresenta-se como uma ação que demanda estudos, pesquisas, e políticas públicas, incluir não diz respeito somente à inserção nas escolas regulares de pessoas com necessidades especiais de forma mais clara de pessoas com deficiência. Mas a escola inclusiva é aquela que atenda todos os alunos em diferentes níveis de ensino, para isso não pode contar apenas com oportunidades iguais, mas receber condições diferenciadas levando em conta a heterogeneidade. Vygotsky considera que os membros “normais” da sociedade devem ser reeducados no sentido de contribuir para a formação da pessoa com deficiência.

4.2 O atendimento dos alunos com necessidades educacionais no Estado do Paraná

O atendimento pela inclusão no estado do Paraná está evidente em sua política e em suas ações:

De todo o exposto ressalte-se: a regra é que o alunado da Educação Especial deve estar matriculado na rede regular de ensino, com os apoios especializados disponibilizados para seu processo de aprendizagem. A exceção – aos alunos que apresentam altas especificidades - que demandam espaços especialmente preparados, necessidades intensas e contínuas, sobretudo nas áreas da deficiência intelectual e transtornos globais do desenvolvimento, são assegurados o direito de matrícula nas escolas especiais. (MATISKEI et al, 2010, p.20).

A organização desse atendimento requer que a proposta de educação inclusiva deva estar registrada nos Projetos Políticos Pedagógicos² de todas as escolas.

Desta maneira, por meio deste processo dinâmico, a efetividade do PPP no âmbito escolar implica em viabilizar ações pedagógicas contextualizadas, que procurem melhorar a qualidade da educação ofertadas a comunidade. A proposta de um PPP fundamentado em uma educação inclusiva objetiva-se políticas de formação de professores e de acessibilidade nas escolas que promovam articulação entre o ensino regular e a educação especial considerando as necessidades específicas dos alunos. Destaca-se o papel dos Conselhos de Educação, que devem elaborar seus pareceres e resoluções de modo a assegurar o pleno acesso e as condições de aprendizagem aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superlotação, de forma igualitária, na comunidade que vive.

Essas normativas guiam o sistema de ensino, de modo a prever a matrícula dos alunos em classes comuns da rede regular de ensino e no atendimento educacional especializado, realizado no contra turno, em sala de recursos multifuncionais ou em centros de atendimento educacional especializado. Destaca-

² Segundo Vasconcellos (2002), é possível conceituar o projeto Político Pedagógico (PPP) como um instrumento global que favorece a organização escolar em torno dos princípios que compõe a gestão democrático-participativa, concebendo-o como um elemento primordial para a transformação da realidade em que se configura a escola pública, proporcionando espaços de interação permeados pelo diálogo, discussão, escolhas e tomadas de decisões coletivas.

se que a criação deste foi em outubro de 2009, do Fórum dos Conselhos de Educação- Nacional, Estaduais, Distrital, Municipais, essa cooperação, do ponto de vista da normatização, discussão e implementação nacional, tem-se constituído em um dos grandes desafios que esse Fórum tem enfrentado, segundo Matiskei (2010), com muita responsabilidade.

É possível perceber que o novo assusta e mudança é um processo lento, a garantia de tornar o espaço escolar inclusivo ainda há muito que fazer juntos, cooperativamente, explica Carvalho (2010).

Com isso, a proposta de uma política de inclusão no Paraná apresentada pela Secretaria de Estado da Educação para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com necessidades educacionais no ensino regular. Esses serviços objetivam a integração entre o ensino regular, oferecendo aos alunos com necessidades educacionais especiais um currículo fundamentado: adaptações físicas, metodologias, avaliativas, etc.

Os programas de serviços e apoios pedagógicos especializados são ofertados por meio de ações distributivas em: a) centro de atendimento especializado (área visual e da surdez); b) sala de recursos (área mental/intelectual e das habilidades/superdotação); c) apoio de intérpretes de língua de sinais (alunos surdos); d) professor de apoio permanente em sala de aula regular (atender alunos com grave comprometimento físico-motor e na fala- área física); e) professor de apoio em sala de aula (alunos com transtornos global do desenvolvimento); f) classes especiais (área mental); g) escola especial. No estudo realizado, por vezes, encontramos o termo retardo mental para caracterizar crianças com déficit cognitivo. Essas crianças freqüentam o ensino comum, as salas de recursos, classes ou escolas especiais. (SILVA, 2009, p. 57).

O processo de inclusão educacional acerca das reflexões apresentadas demonstra que ainda há muito que avançar na formação integra do indivíduo com necessidades educacionais especiais para conviver e atuar na sociedade. É preciso que as escolas além de viabilizar oferta de cursos de formação continuada aos professores são fundamentais que a escola trabalhe interagindo com professores e demais profissionais da Educação Especial, fundamentado no desenvolvimento humano e suas relações com o processo de ensino aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse texto foi elaborado com objetivo de investigar a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva no estado do Paraná. As reflexões apresentadas mostram que atualmente o sistema educacional do Paraná desenvolve uma transformação das Escolas Especiais em Escolas de Educação Básica, na modalidade de Educação Especial, uma ação assegurada pelo Conselho Estadual de Educação.

Diante dessa nova realidade verificamos os avanços das políticas públicas, legais, pedagógicas relacionadas à educação especial, dentre outros fatores destacamos a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva publicada pelo MEC em 2008, o público-alvo da Educação Especial é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) e altas habilidades/superdotação (AH/SD). No primeiro grupo incluem-se os alunos com deficiência de natureza física intelectual, mental ou sensorial. Como TGD estão classificados os alunos que apresentam quadros de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras, tais como nos casos de Autismo Clássico, Síndrome de Asperger, Síndrome de Rett, Transtorno Desintegrativo da Infância (Psicoses) e Transtornos Invasivos sem outra especificação. O grupo AH/SD é composto por pessoas com potencial elevado e grande envolvimento, de forma isolada ou combinada, com as áreas do conhecimento humano: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

Observou-se que a busca de uma educação inclusiva é uma discussão antiga, que envolve uma ação política, cultural, social e pedagógica. Deste modo a educação inclusiva garante às pessoas com deficiência o pleno acesso ao ensino regular em igualdade e condições com as demais pessoas.

Diante da observação realizada compreende-se a importância de um planejamento que se proponha a assegurar a educação para todos tendo em vista as condições pedagógicas e infraestrutura da escola.

Sendo assim, pode-se concluir que esse estudo proporcionou compreender as políticas públicas da educação inclusiva. O conhecimento alcançado contribuiu para romper com as barreiras de exclusão e para minha formação enquanto

profissional no sistema de educação contemporânea, pois forneceu subsídios para identificar e ampliar as transformações necessárias. Nos próximos estudos, pretendo dar continuidade a proposta de ensino voltada ao princípio de educação inclusiva com intuito de promover uma educação de qualidade aos alunos decorrentes ou não de deficiência.

REFERÊNCIAS

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da apreensão e da educação dos considerados deficientes. In: BIANCHETTI, L.; FREIRE, I.M. (Orgs.). **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. Campinas: Papyrus, 1998, p. 21-52.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. Jontiem/Tailândia: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**. Brasília, DF: MEC, 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6571.htm>. Acesso em: 12 out. 2011

_____. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Resolução nº 02/01**, de 14 de setembro de 2001. Institui as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica. Brasília, DF: CNE/CEB, 2001.

_____. Ministério da Educação. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria Ministerial nº 555, de 5 de junho de 2007, prorrogada pela Portaria nº 948, de 09 de outubro de 2007. Disponível em: <http://peei.mec.gov.br/arquivos/politica_nacional_educacao_especial.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2011

_____. Ministério da Educação. **Política de educação inclusiva**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345:politica-de-educacao-inclusiva&catid=302:politica-de-educacao-inclusiva&Itemid=709>. Acesso em: 09 out. 2011.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Decreto 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do Art. 60 da Lei Nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto Nº. 6.253, de 13 de novembro de 2007. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008a.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <www.mec.gov.br/seesp>. Acesso em: 23 ago. 2011.

_____. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12345:politica-de-educacao-inclusiva&catid=302:politica-de-educacao-inclusiva&Itemid=709>. Acesso em: 09 out. 2011.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC/FAPESP, 1993.

CARMO, Apolonio. A. do. **Deficiência Física: A Sociedade Brasileira Cria, "Recupera" e Discrimina**. Brasília: Secretaria dos Desportos/PR, 1991. 230 p.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 7. ed. Porto Alegre: Mediação, 2010.

GÓES, Maria. Cecília. R. de. Relações entre desenvolvimento humano, deficiências e educação: contribuições da abordagem Histórico Cultural. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D.T.R.; REGO, T.C. (Orgs.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002, p. 96-110.

JANNUZZI, G. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. 2. ed. São Paulo: Autores Associados, 2006.

MATISKEI, Angelina Carmela Romão Mattar. et al. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Educação especial e inclusão educacional: oito anos de gestão, 2003/2010**. Curitiba: SEED/PR, 2010. 450 p.

MAZZOTTA, Marcos; SILVA, José. **Educação Especial no Brasil: histórias e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. Educação Especial no Brasil: desenvolvimento histórico. **Cadernos de História da Educação**. n. 7. jan./dez. 2008. Disponível em: 24 abri. 2011 <<http://docs.google.com/gview?a=v&q=cache:ansTqKUZx0cJ:www.seer.ufu.br/index.php/che/article/view/1880/1564>>. Acesso em: 22 set. 2011.

MORI, Nonato Ribeiro; OLIVEIRA, Lucilia Vernaschi de. Aspectos históricos para a compreensão da Educação Especial. In: OLIVEIRA, Terezinha (Org.). **Pesquisa em Antiguidade e Idade Média: olhares interdisciplinares**. 22. ed. Maringá: Eduem, 2009. 3 v, p. 257-265.

PARANÁ. Departamento de Educação Especial. **Deliberação n. 02/03**. Curitiba: SEED, 2003. Disponível em: <http://www.diaadia.pr.gov.br/nre/maringa/arquivos/File/Educacao_Especial/Deliberacao_02_03.pdf>. Acesso em: 12 out. 2011

_____. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional. **Educação especial e inclusão educacional: oito anos de gestão, 2003/2010**. Curitiba: SEED/PR, 2010. 450 p.

PRIETO, Rosângela Gavioli. Pesquisa sobre políticas de atendimento escolar a alunos com necessidades educacionais especiais com base em fontes documentais. In: JESUS, Meyrelles de; BAPTISTA, Claudia Roberto; VICTOR, Sonia Lopes (Orgs.). **Pesquisa e Educação Especial: mapeando produções**. Vitória: EDUFES, 2005. p. 30-57.

SHIMAZAKI, Elsa Midori. **Letramento em jovens e adultos com deficiência mental**. 2006. Tese Doutorado – Faculdade de Educação – USP, 182; São Paulo, 2006.

SILVA, M.A.M. **Interações entre alunos com necessidades educacionais especiais e demais alunos no ensino regular**. 2009.175 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

VASCONCELLOS. Celso dos Santos. Projeto Político pedagógico. In: _____. **PLANEJAMENTO - Projeto de ensino aprendizagem e Projeto Político-pedagógico**. 10. ed. São Paulo: Libertad, 2002. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v. 1).

VYGOTSKI, Lev. Semeonovich. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

_____. **Fundamentos da Defectologia: obras escogidas**. Tomo V. Madrid: Visor, 1997.